

## Prólogo à 2ª Edição dos Relatórios do I e do II Encontros dos Bispos do Nordeste

Otamar de Carvalho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARVALHO, O. Prólogo à 2ª Edição dos Relatórios do I e do II Encontros dos Bispos do Nordeste. In: ROCHA, D. J. V., org. *Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste* (Campina Grande, 1956 | Natal, 1959) [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 15-60. ISBN: 978-85-7879-485-9. Available from: doi: [10.7476/9788578794859.0001](https://doi.org/10.7476/9788578794859.0001). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/c6yqx/epub/rocha-9788578794859.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# **Prólogo à 2ª Edição dos Relatórios do I e do II Encontros dos Bispos do Nordeste**

**Otamar de Carvalho\***

Ao considerarmos esse meio século de trabalho, nas duras condições do Nordeste, concluímos, sem dificuldade, que os homens que estabeleceram as diretrizes técnicas fizeram o melhor que se podia haver feito em sua época. Foram as condições políticas que levaram esse esforço à frustração e à esterilidade. Nós os dirigentes da Sudene, refletimos detidamente sobre essa experiência antes de empreender a grande luta em que estamos empenhados, com o apoio de toda a opinião esclarecida do Sul do País. A nossa estratégia, fundada na análise da experiência daqueles que nos antecederam, assenta em três pontos. Dois deles dizem respeito à necessidade de abrir o horizonte contra o qual marchamos, a fim de comprometer de imediato todos os elementos que, de uma maneira ou outra, pesarão nas decisões finais. O terceiro ponto diz respeito à necessidade de dar maior profundidade às forças que nos apoiam na retaguarda. (FURTADO, 1962: 3-4.)

## 1. Intróito

Apesar das secas, os anos de 1940 e 1950 foram pródigos ao Nordeste, não ainda em termos de uma redução visível da pobreza, mas em matéria de criação e renovação das institucionalidades que começavam a ser construídas pela sociedade da Região, com o apoio de governos que acreditavam poder levar o desenvolvimento a regiões pobres, conferindo prioridade ao planejamento e à administração do desenvolvimento em bases regionais. Além disso, governos como os de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek punham muita fé no desenvolvimento da indústria e dos serviços e não apenas no da agricultura e pecuária. Assim pensavam porque estavam imbuídos da crença de que o desenvolvimento da agricultura, *stricto sensu*, era insuficiente para transformar as arcaicas estruturas econômicas das agriculturas ali praticadas, cuja reduzida dinâmica era impactada pelas frequentes ocorrências de secas. Tinham ainda a seu favor a história da Região, pontilhada por um “rosário” de calamidades de secas, que já haviam levado à morte milhares de nordestinos. As inúmeras secas ali registradas também contribuíram para a migração de outras dezenas e centenas de milhares de pessoas rumo às regiões consideradas, pelos pobres do Nordeste, como mais ricas e acolhedoras. Muitos deles se desiludiram e outros tantos morreram pela força do impaludismo que grassava nas chuvosas terras da Amazônia, para onde foram levados sob o ordenamento e a condução do governo como “soldados da borracha”, para produzir a matéria prima de que careciam os aliados durante a II Guerra Mundial.

As consequências das secas estiveram quase sempre à frente do conjunto de problemas interpostos ao desenvolvimento do Nordeste. Seu peso foi grande até o começo do século XX. Passou a diminuir daí em diante, *pari passu* a criação de institucionalidades, *coeteris paribus*, dotadas de tecnologias capazes de minorar os efeitos produzidos pela escassez e distribuição irregular das chuvas. Graças ao trabalho pioneiro de instituições como a Inspetoria de Obras Contra as Secas-IOCS, criada em 1909, da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas-IFOCS, de 1919, e do Departamento Nacional de Obras Contra

as Secas-DNOCS, estruturado em 1945, foi possível ampliar o avanço do progresso técnico dos anos de 1940-1950 para cá. Estou ciente, desde logo, que o desenvolvimento em uma sociedade atrasada, seja do ponto de vista econômico, social ou técnico-científico, como a que se conhecia no Nordeste brasileiro, ainda nas décadas de 1940 e 1950, exigia relações sociais de produção distintas das conhecidas até então. Essas relações demandavam, por isso mesmo, organização social bem mais adequada, por parte do Estado, da sociedade civil e do setor privado. Neste sentido, entendo que o desenvolvimento do Nordeste poderia ser alcançado de modo positivo, se trabalhado – já naquela época – como função da cidadania, da participação e do progresso técnico. Assim seria porque o progresso técnico inclui trabalho qualificado e persistente, além de abranger *saber, conhecimento e ciência*. Esse importante fator (progresso técnico) nem sempre esteve considerado explicitamente na concepção e implementação de iniciativas de promoção do desenvolvimento do Nordeste, mormente em suas áreas semiáridas, durante as várias tentativas de enfrentamento das secas que se abateram, com bastante regularidade, sobre a economia e a sociedade da Região.

Foram também variadas as percepções sobre as dificuldades para promover o desenvolvimento do Nordeste. Uma delas, entretanto, demanda atenção cuidadosa. Refiro-a como relacionada a uma persistente ideia, para não dizer equivocada, segundo a qual costumava-se dizer que já se estudara e se escrevera demais sobre os problemas e as possibilidades de desenvolvimento dessa Região. Aludida crença deu origem a desdobramentos segundo os quais os problemas ali existentes só não teriam sido resolvidos por falta de vontade e de força política – pelo menos, para os que assim ainda pensam. Essa formulação dá a entender que os caminhos do desenvolvimento podem ser abertos por força da mera vontade das pessoas. Significaria dizer que o desenvolvimento poderia ser pautado por estratégias voluntaristas. Mas esse desiderato não é bem assim. O desenvolvimento de uma Região economicamente frágil, dotada de uma reduzida base de recursos naturais e sujeita aos variáveis rigores do clima, expresso por chuvas irregulares e mal distribuídas, exige muito mais. Neste sentido, requer, além da vontade política, trabalho constante e sistemático, conhecimento técnico e

científico avançados, precisa organização social e bem assentados processos de gestão. O progresso técnico no Nordeste avançou, de forma mais organizada, nos anos de 1960, dadas as prioridades conferidas ao assunto pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene, criada em 1959. Novas contribuições, especialmente em relação ao setor agrícola, tiveram lugar a partir dos anos de 1970, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa.

A criação e renovação institucional ocorrida nos anos de 1940-1950 – plenos de mudanças, tanto no País como na Região – não foi pacífica. Naquela época, havia forças políticas e econômicas contrárias às mudanças que iam sendo vislumbradas. No tocante ao Nordeste, as mudanças havidas tenderam a ser positivas graças ao trabalho persistente e diuturno que contribuía para moldar a vertente transformadora com que foi sendo dotada a Igreja Católica. Essa força eclesial esteve presente em todo o Nordeste, mas foi mais aglutinadora no Rio Grande do Norte. Esteve ali presente, de tal sorte, que pôde contribuir para apoiar, anos depois, a construção de um importante processo de planejamento local e sub-regional, representado pelo *Plano de Desenvolvimento do Seridó Norte-rio-grandense*. Esse plano atendeu às demandas formuladas pela sociedade de uma das mais importantes Sub-regiões do Nordeste Semiárido, plantada em ambiente caracterizado por elevado nível de aridez, solos frágeis e chuvas fugazes, mas culturalmente bem estruturada. (SEPLAN-RN & IICA, 2000.)

O responsável pelo sucesso daquela iniciativa era *D. Jaime Vieira Rocha*, então Bispo da Diocese de Caicó. Ele se manifestou assim, sobre o assunto, em entrevista concedida em 28 de março de 2000:

Diante das dificuldades por que vem passando a economia do Seridó, perguntam-me se hoje está mais fácil sensibilizar sua população, para garantir seu envolvimento em um Projeto de Desenvolvimento. Respondo que sim. A presença da Igreja no Seridó sempre foi muito importante, pelo que tem feito na região, desde sua instalação nesta parte do Nordeste. A partir, pois, da experiência da Igreja, no Rio Grande

do Norte, posso dizer que o passado garante e facilita o presente, ajudando a promover o futuro. (SEPLAN, Rio Grande do Norte, 2000, V. 1: 2.)

Graças à sua liderança foi possível animar os processos políticos e técnicos de concepção e construção do *Plano do Seridó*. Com sua ajuda, o governo do Estado do Rio Grande do Norte pôde levar a experiência do Seridó norte-rio-grandense às demais regiões desse Estado. Ao ajudar a todos nessas tarefas, D. Jaime tinha em mente, com (quase) toda certeza, a doutrina, as diretrizes e a esperança semeada, nos anos de 1950, pelos Bispos do Nordeste, a respeito do contributo que a Igreja poderia continuar oferecendo ao desenvolvimento dessa Região. Não é sem razão que o vemos agora – na qualidade de Arcebispo de Natal – estimulando e colaborando com novas ações estratégicas em prol do desenvolvimento do mesmo Nordeste que volta a demandar novas e atualizadas instituições de desenvolvimento regional.

Fazer este *Prólogo aos Dois Relatórios dos Encontros dos Bispos do Nordeste* constituiu, para mim, tarefa nada trivial. Ao relê-los pude ver os avanços alcançados, sob a inspiração da Igreja Católica do Brasil, a respeito do quanto de novo foi pensado pelos religiosos e intelectuais do Nordeste sobre como transformar essa Região. Os dois Relatórios resultaram de notável esforço da Igreja Católica, em sua Missão Pastoral e Social, de colaborar para a promoção do Nordeste, e do apoio decisivo do governo do Presidente Juscelino Kubitschek, pautando suas ações pela lógica e exigências do *Planejamento do Desenvolvimento*. Representou trabalho de difícil construção porque não dá para pensar sobre o progresso do Nordeste brasileiro destes últimos setenta e poucos anos, começando-se ali por volta dos anos de 1940, sem também tratar das secas. Assim procedi porque *estamos vivendo o quarto ano da Seca de 2012-2015*, desastre natural iniciado dois anos depois de uma outra seca notável: a *Seca de 2010*. O que vai dito aqui a respeito do Nordeste, em geral ou de suas áreas semiáridas, em particular, tem assim o propósito de mostrar importantes evidências sobre a base material do espaço objeto de estudo e ação aqui tratado, tão bem destacadas nos dois Relatórios.

O *Relatório do I Encontro* é amplo e detalhado. Tanto no que diz respeito aos Discursos do Presidente da República, Juscelino Kubitschek, na abertura e no final do I Encontro; à Declaração dos Bispos; às Sugestões dos Grupos de Estudo; às Indicações sobre como conduzir o Planejamento e os Investimentos na Região; à Coordenação dos Trabalhos resultantes do *I Encontro*; e ao Processo Legislativo de Apoio às Iniciativas dos dois Encontros. Os procedimentos específicos do *II Encontro* seguem caminhos quase semelhantes. O que distingue bem os dois Relatórios é o aprofundamento das iniciativas recomendadas e postas em prática a partir do I Relatório. Para isso, contribuiu a experiência adquirida pelas instituições – existentes, novas e/ou renovadas – no curso (e por causa) das orientações estabelecidas pelos que conduziram aqueles dois Eventos.

## 2. As Secas e a Igreja no Nordeste

O registro da primeira seca no Brasil data de menos de sessenta anos após o Descobrimento do nosso País. Isso não quer dizer que dito fenômeno já não viesse ocorrendo em nossas terras. De fato, a presença das secas em espaços físicos desconhecidos só é notada quando ditos espaços são habitados por populações que saibam registrar os fatos naturais ali ocorridos. Segundo as informações disponíveis, o primeiro registro de uma seca no espaço hoje denominado de *Nordeste do Brasil* foi realizado a partir de documentos produzidos pelo padre *Serafim Leite*. Baseando-se em tais documentos, *Rinaldo dos Santos* estabeleceu 1559 como o ano da primeira seca acontecida nos Sertões da Bahia, e, portanto, em terras do atual Nordeste Semiárido do Brasil. (SANTOS, 1984.) *Lopes de Andrade*, outro pesquisador importante informara anteriormente, à luz dos testemunhos do frade beneditino *Loreto do Couto*, que o primeiro ano de seca seguida de fome acontecera no Brasil em 1564. (ANDRADE, 1948: 76.)

Quem oferecia ajuda às populações afetadas pelas secas, caracterizadas pela crescente escassez de água e alimentos, àquela época, na Região em apreço, era a Igreja Católica. É o que indicam os registros existentes. Tais registros eram escassos, com certeza, pois a maioria da população era

de índios, que viviam da caça e da pesca. A agricultura era uma prática não conhecida por eles, como desconhecida lhes era a linguagem escrita. Assim também acontecia com a maioria da população colonizadora, especialmente a que vivia nos sertões, predando índios e criando gado. Os religiosos católicos eram os únicos que sabiam ler e escrever, embora seu domínio desse mister não fosse dos mais eficientes. De todo modo, em nossos primórdios, os registros das secas e o apoio aos indígenas couberam, fundamentalmente, e por muito tempo, à Igreja Católica.

Aos poucos a situação foi mudando, na proporção em que se passava da Colônia para o Império. Isto porque o problema mudava de magnitude, à medida que as populações cresciam. Adentrado o período da República, atuando esporadicamente, mas de modo mais consistente, a Igreja Católica foi se vendo chamada a atuar com mais vigor em apoio às populações submetidas aos rigores das secas, assumindo essa atuação forma já um tanto preventiva – menos reativa e mais proativa, para usar vocábulos modernos. Assim era e continuou a ser por conta da necessidade que a Igreja tinha de dar cumprimento à sua Missão Pastoral.

Sempre que possível, a Igreja Católica pautou suas iniciativas por ações que pudessem ser articuladas com as praticadas por instituições governamentais. Mas a durabilidade dessas associações falhou algumas vezes. Diante disso, a atuação mais geral da Igreja foi sendo mais bem sucedida em um ou outro Estado do Nordeste. A articulação da instância religiosa e educacional mostrou-se também na criação de estabelecimentos de ensino, como o Educandário Santa Terezinha, criado em 1925, sob a responsabilidade da Congregação das Filhas do Amor Divino, e o Ginásio Diocesano de Caicó, fundado em 1942. Destaques notáveis, a este respeito, passaram a ser visualizados em Estados como o Rio Grande do Norte, por conta da execução de iniciativas incluídas na estrutura do chamado *Movimento de Natal*, ali por volta de 1943. Aquela época, a Igreja Católica já desenvolvia trabalhos de natureza socioreligiosa. Esse tipo de trabalho originou-se no Estado do Rio Grande do Norte, ali, expandindo-se por intermédio das chamadas *Escolas Radiofônicas*. A orientação social das Escolas Radiofônicas fundamentava-se na reconciliação dos interesses entre patrões e empregados, na



assistência social e na organização popular, por meio de mecanismos institucionais reconhecidos pelo Estado, como os sindicatos e as cooperativas. Esses dois atores sociais, ou seja, a Igreja Católica e o Movimento Sindical, voltam a ter, agora, importância estratégica na definição e na gestão de políticas públicas contemporâneas.

### **3. Áreas sujeitas às Secas no Nordeste**

Os movimentos que levaram a criação da região denominada *Nordeste do Brasil*, como categoria geográfica iniludível, consumiram bons tempos históricos. Assim aconteceram ao longo da Colônia e do Império, até chegarem à República em anos posteriores a 1910, depois de identificados os problemas físicos, econômicos, sociais e antropológicos que confirmaram o Nordeste real, tal qual o conhecemos hoje. Neste sentido, é tida como a região paradigmática pelas secas, fenômeno que não deixou de ali ocorrer desde que dele se tem registro, em 1559.

As áreas *submetidas* às secas no *Nordeste* abrangem vastas porções territoriais da Região. Pela Lei nº 175/1936, essas áreas (com uma superfície de 672.281,98 km<sup>2</sup>) foram então denominadas de *Polígono das Secas*. Continuaram assim sendo chamadas até 1989. No período 1936-1989, o Polígono teve sua superfície ampliada para 1.557.767 km<sup>2</sup>. A área do *Polígono das Secas* chegou – até 1989 – a corresponder a 64,4% da Área de Atuação da Sudene, enquanto área reconhecida oficialmente como de ocorrência de secas, que abrangia (1.682.668,70 km<sup>2</sup>). A superfície do *Polígono das Secas* passou de 43,2% da superfície do Nordeste, em 1936, para 64,4% em 1989. Para fins de intervenção planejada pelo governo, as áreas de ocorrência de secas foram sempre delimitadas segundo critérios específicos. A última grande alteração foi efetuada de conformidade com princípios estabelecidos na Constituição de 1988. Esses princípios foram disciplinados pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, que instituiu os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte-FNO, do Nordeste-FNE e do Centro-Oeste-FCO. Os municípios agregados segundo esses princípios passaram a integrar a *Região Semiárida do FNE*. (CARVALHO & EGLER, 2003: 31-41.)

*A economia do Nordeste mudou muito dos anos de 1940 para cá.* De acordo com dados da Sudene e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE mudou a estrutura intersetorial da economia regional. Houve crescimento econômico considerável, em alguns subperíodos, a taxas significativas. No subperíodo 1965-1980, a economia do Nordeste cresceu a uma taxa média de 7,2% ao ano, superior à do Brasil (4,4%). Houve melhora na oferta de serviços, como os de saúde e de educação, com maior número de beneficiários, sendo atendidos por esses serviços, tanto em áreas urbanas como rurais. Quem viveu naqueles anos e examina os dados de então recorda-se muito bem disso. Atualmente, a situação é aparentemente mais difícil. Mas assim é porque o contingente demográfico é maior. As políticas e iniciativas sociais mudaram também, permitindo a inclusão de um grande número de pessoas no rol dos beneficiados por aqueles serviços. Com a extensão e ampliação dos serviços da previdência social aos trabalhadores rurais, a distribuição de renda tendeu a melhorar.

*A infraestrutura econômica mudou para melhor.* A população conta hoje com serviços de luz, com televisão, telefones públicos, telefones celulares e benefícios de aposentadoria mais garantidos. Quando a seca não vem, os parceiros e moradores cultivam mais milho e feijão, ainda que tenham que alugar terras para trabalhar. Sem dúvida, o preço pago pela renda da terra é elevado. Também houve mudanças notáveis nos quadros domiciliares. Por conta das secas, as migrações campo-cidade passaram a contribuir para o aumento do crescimento da população residente em sítios urbanos. Daí o resultado de uma maior demanda por todos aqueles serviços básicos antes mencionados.

*Mas houve piores consideráveis.* Isso ocorreu, especialmente em relação ao peso relativo do Produto Interno Bruto-PIB regional, *vis-à-vis* o PIB nacional. A participação percentual da economia nordestina na economia nacional continuou oscilando entre 10 e 12 ou 13%, nesses três quartos de século. Houve um ou outro ano em que essa relação foi maior. Setorialmente, a economia do Nordeste apresentou algumas melhoras. A indústria aumentou o seu peso, mas os empreendimentos ligados a ramos dinâmicos como os da metal-mecânica não foram bem sucedidos. Os ramos industriais que assumiram algum dinamismo mais

sustentável ficaram restritos à indústria produtora de insumos, correspondentes aos que receberam mais recursos do sistema de incentivos fiscais. Significa dizer que enquanto o País (ou o seu centro dinâmico – São Paulo) esteve crescendo, o Nordeste não soube tirar melhor partido das vantagens existentes. Tirar melhor partido seria possível se os governos tivessem adotado políticas efetivas de redução das desigualdades, não apenas incorporando medidas de inclusão de maior número de pessoas pobres, como apoiando atividades capazes de promover a expansão econômica de ramos industriais dinâmicos.

Esse quadro permite assim verificar que os impactos das secas no Nordeste continuam sendo intensos, desdobrando-se nas vertentes econômicas, ambientais e sociopolíticas. Os *impactos econômicos* abrangem perdas econômicas sobre as diferentes atividades econômicas setoriais. Mas são sempre mais intensos em relação às atividades agrícolas e pastoris. Os *impactos ambientais* produzem danos sobre as espécies animais e vegetais e ao meio ambiente em geral. Os *impactos sociopolíticos* estão relacionados a problemas de segurança pública, como os derivados de incêndios em faixas de florestas; fluxos de problemas relacionados à saúde; distribuição desigual de ações reativas e proativas de combate às secas, *vis-à-vis* a magnitude dos impactos; e impactos no estilo de vida.

Os impactos mais notáveis, especialmente pelos prejuízos que causam em relação às populações mais pobres, são os de natureza econômica. As secas de 1970 a 2010 produziram impactos consideráveis sobre as atividades dos setores econômicos. Tomados tais impactos a partir de taxas médias de crescimento do PIB nos diferentes anos de seca dos 40 anos referidos, o maior impacto sobre a agricultura se deu na seca de 1997-1998. A taxa de crescimento do PIB agrícola de 1997 para 1998 foi de menos 13,30%. A do PIB da indústria foi de menos 3,78% e a do PIB dos serviços foi de menos 0,47%. Essas perdas setoriais resultaram numa perda total da economia de menos 1,40%. Entre os anos das secas de 2007 e 2010, as perdas foram de menos 0,54%, em relação ao setor agrícola. De todo modo, interessa notar que houve uma redução do peso das atividades agrícolas e industriais, entre 2007 e 2010. Em 2007, a agricultura participava com 7,6% do PIB do Nordeste, baixando essa contribuição para 6,6%, em 2010. Também

se reduziu a contribuição do setor industrial: sendo de 25,7% em 2007, baixou para 24,4% em 2010. O setor de serviços, entretanto, aumentou sua contribuição para o PIB da economia do Nordeste como um todo, ao passar de 66,6%, em 2007, para 69,0%, em 2010. (CARVALHO, 2012: 80-86.)

Certo é que as secas continuam cobrando um alto preço à população do Nordeste, já não mais agora somente dos habitantes que vivem no meio rural. Os habitantes das cidades passaram também a sofrer os impactos da escassez de água nos reservatórios existentes. As disponibilidades de água para os diferentes usos reduzem-se a cada ano, como passou a ser observado nos quatro anos da Seca de 2012 a 2015.

De todo modo, em meio a grandes dificuldades, foi possível criar *espaços favoráveis à construção de mudanças positivas*. Isso aconteceu por conta da realização de investimentos sociais em iniciativas de apoio às famílias de mais baixa renda. Para tanto contribuíram *Programas* como o *Bolsa Família* e o *Garantia de Safras*. Este último propiciou suporte positivo à agricultura familiar praticada em várias áreas do Nordeste Semiárido. O *Programa Bolsa Família* pode até demandar ajustes, mas sem ele as populações pobres do Nordeste estariam vivendo penúrias ainda mais acentuadas.

O Semiárido Nordestino caracteriza-se como território com elevada carência de recursos naturais, alto grau de pobreza e extraordinário adensamento populacional. De acordo com os estudos realizados por Guimarães Duque, a densidade demográfica nas áreas semiáridas do Nordeste era de 11 hab/km<sup>2</sup> em meados dos anos de 1950. (DUQUE, 1964.) Cerca de 60 anos depois, segundo o Censo Demográfico de 2010, essa densidade mais do que dobrou, alcançando o patamar de 23,06 hab/km<sup>2</sup>. A densidade demográfica do conjunto de municípios do Nordeste era de 34,3 hab./km<sup>2</sup>, em 2010, segundo os dados do Censo daquele ano.

Está-se aqui diante de notável evidência sobre o aumento da população residente nas áreas submetidas às secas no Nordeste, o que significa mais pressão sobre a frágil base de recursos naturais e mais problemas para as áreas urbanas da hinterlândia semi-árida. Reforça-se, assim, a percepção de se estar, realmente, diante de um dos espaços semiáridos

mais povoados do mundo.<sup>1</sup> Essa é também a região geoeconômica de maior abrangência físico-territorial do Nordeste (cerca de 55% da superfície total da área de atuação da antiga Sudene), *vis-à-vis* os outros espaços naturais que conformam e estruturam a Região.

#### 4. Esteios dos Encontros dos Bispos do Nordeste

As iniciativas imaginadas como capazes de solucionar os problemas do Nordeste e do chamado *Polígono das Secas*, dados os impactos sobre as atividades agropecuárias, decorrentes da escassez e irregularidade das chuvas, têm estado afetas a um conjunto variado de proposições. Incluem-se numa primeira linha as orientações e atividades que antecederam a criação da Sudene. Dentre elas destacam-se, por parte das instituições do setor público, as iniciativas postas em prática pela IOCS, IFOCS e DNOCS, assim como as conduzidas pelo Ministério da Agricultura. Da parte do setor não governamental, merecem referência as expressas pelo Projeto de Natal; pelo Serviço de Assistência Rural-SAR, do Rio Grande do Norte; e pelo trabalho persistente da Igreja Progressista do Nordeste, no seio da qual pontuava *D. Hélder Câmara*, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos, então com sede no Rio de Janeiro.

Há outros esteios centrais, que cabe destacar, dado seu papel estratégico, embora tais iniciativas não tenham recebido o merecido reconhecimento público, até hoje. Esse crédito vai, primeiro, para o esforço que culminou com a elaboração do documento *Planejamento do Combate às Secas*, produzido, em 1953, pela *Comissão Incorporadora do BNB*, sob a coordenação e empenho de *Rômulo Barreto Almeida*, idealizador e primeiro presidente do Banco do Nordeste. (ALMEIDA, Coord., 1953: 35.)

O *Planejamento do Combate às Secas* abordou, de forma clara, pela primeira vez, a necessidade de orientar o desenvolvimento regional no Nordeste, a partir da elaboração de *Planos Permanentes* e de *Programas*

---

1 Essa particularidade tem sido destacada por pesquisadores como o professor Aziz Nacib Ab'Saber, da Universidade de São Paulo. (AB'SABER, 1987: -7-68.)

*Emergenciais*, concebidos segundo as teorias e práticas do planejamento vigentes à época. Sobre o planejamento, afirmava-se naquele documento que essa prática fora ali encarada “como tarefa permanente, que se aperfeiçoa com o desenvolvimento das pesquisas e estudos e a própria experiência adquirida durante a execução de cada plano periódico ou mesmo das várias fases de um mesmo plano em curso. A retificação de planos e programas pode processar-se nos próprios planos em curso, sendo de se considerar, porém, que em tais retificações deve-se ter sempre presente que a continuidade de ação não pode ser comprometida sem grave prejuízo e, portanto, que a mudança de uma diretriz que é fruto de acurados estudos não pode ficar ao sabor de decisões precipitadas ou levianas, capazes de implicar no fracasso do próprio plano.” (ALMEIDA, Coord., 1953: 45.)

Reforçava-se ali que o tratamento dos problemas do Nordeste deveria ser pautado pelo planejamento, nele incluindo-se as medidas reclamadas para o enfrentamento das secas. As ações especificadas no *Planejamento do Combate às Secas* envolvia os seguintes tipos de iniciativas: (i) Reserva e Aproveitamento das Águas; (ii) Conservação dos Solos e do Revestimento Florístico, assim como a Restauração dos Recursos Naturais; (iii) Reserva de Gêneros e Sementes e Armazenagem de Produtos Agrícolas; (iv) Reservas Forrageiras; (v) Fomento Agropecuário, Defesa Sanitária Vegetal e Animal, Pesca e Piscicultura; (vi) Colonização e Migrações; (vii) Energia: Produção e Distribuição; (viii) Transportes e Comunicações; (ix) Industrialização; e (x) Serviços Públicos Urbanos e Habitação. (ALMEIDA, Coord., 1953: 45-62.)

Quanto aos *Programas de Emergência*, estabelecia-se que eles deveriam ser concebidos em articulação com os *Planos Permanentes*, ou seja, com os Planos de Desenvolvimento da Região.<sup>2</sup> As ênfases a este respeito estavam assim explicitadas no *Planejamento do Combate às Secas*: “Ao lado dos Planos permanentes destinados a combater os efeitos das secas, pelo fortalecimento da economia regional, há que elaborar previamente um mecanismo de ação flexível capaz de servir de instrumento

---

2 Como viriam a ser assim caracterizados os *Planos Diretores de Desenvolvimento Econômico e Social*, a partir da instituição da Sudene, em fins de 1959.

da política assistencial de emergência às populações flageladas, nos anos de calamidade. Os Programas de Emergência deverão, além disso, compreender parte substancial das obras dos Planos Permanentes, cuja execução será acelerada com a abundante mão-de-obra deslocada pela seca. Por esse motivo, há que manter constantemente atualizados os Programas de Emergência, para que se entrossem com a marcha dos Planos Permanentes, de execução quinquenal.” (ALMEIDA, Coord., 1953: 62-67.)

Outro documento importante refere-se ao *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste*, produzido pelo padre *Louis Joseph Lebret* para o Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco-Condepe. Essa contribuição foi publicada pelo Condepe, em 1ª edição, em 1954. Uma leitura ainda que breve daquele Estudo, aqui também denominado de *Relatório do Padre Lebret*, mostra que o *diagnóstico e as propostas de desenvolvimento* ali contidas também apoiaram fortemente as concepções inseridas nos *Planos Diretores de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste*, elaborados pela Sudene, especialmente as presentes no inovador *I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste*.

O *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste*, estava assim estruturado, tomando-se por base seus tópicos principais: (i) Introdução; (ii) A Apresentação do Problema; (iii) A Situação Atual (desdobrado nos seguintes subitens: Elementos de Desenvolvimento; Recife – Metrópole Regional; Incapacidade do Nordeste para Assegurar o seu Próprio Desenvolvimento; Fatores Favoráveis; A Unidade de Organização e o Aproveitamento Territorial – *Aménagement*; Gravidade da Situação. Urgência de Soluções); (iv) As Hipóteses de Solução (Preliminares; Organização das Migrações; Valorização Racional; e Etapas de Solução); (v) Linhas Diretrizes de um Plano (Plano a Longo Termo; e Plano Imediato); e (vi) Instruções Complementares (Trabalhos a Continuar ou a Empreender; Dados Estatísticos; Importações a Reduzir; Exportações a Fomentar; Carta I: Estado de Pernambuco. Zonas de Influência; Carta II. Estado de Pernambuco. Implantação Industrial; e Planta da Cidade do Recife e Arredores. Ideia de um Zoneamento e de vias Rápidas

para o Recife). Como se vê, o *Relatório do Padre Lebret* continha um Diagnóstico inovador, a partir do qual foi possível formular importantes sugestões para o desenvolvimento de Pernambuco e do Nordeste. (LEBRET, 1974.)

As contribuições referidas foram importantes para a elaboração dos documentos resultantes do *I e do II Encontros dos Bispos do Nordeste*. Também **foram úteis** para a elaboração do *Relatório do GTDN* – pelo que neste se lê – e, na sequência, para a atuação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste-Codeno, instituído em 1958, e, logo em seguida, da própria Sudene, criada em 1959.

## **5. Do local ao regional: o lugar central dos Encontros dos Bispos do Nordeste**

Na linha de suas ações catequizadoras, a Igreja Católica vem realizando no Nordeste, de há muito, destacadas iniciativas de apoio às populações pobres. A mais importante delas, tanto do ponto de vista social como econômico, aconteceu em 1956, a partir do *I Encontro dos Bispos do Nordeste*, na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba. Com o *II Encontro dos Bispos do Nordeste*, levado a cabo em 1959, na cidade de Natal, os Bispos do Nordeste estimularam a concepção, estruturação e institucionalização de importantes iniciativas em prol do desenvolvimento dessa Região. Esses dois Encontros destinaram-se a movimentar e criar espaços orientados para a promoção do desenvolvimento de comunidades carentes do Nordeste.

Nessa linha, merece novo registro o já mencionado Serviço de Assistência Rural-SAR, criado no Estado do Rio Grande do Norte, sob a liderança de D. Eugênio Sales. O SAR serviu de esteio para a criação dos serviços de crédito e assistência rural, que iriam ser instituídos no Nordeste sob o guarda-chuva da *Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural-ANCAR*, uma espécie de *holding* de Associações semelhantes, instituídas em cada um dos Estados da Região. Desse esforço nasceram, primeiro, as ANCAR do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. As ANCAR dos demais Estados da Região vieram depois, quando a onda desenvolvimentista já começava



a fazer parte das iniciativas de políticas públicas mais bem estruturadas em relação ao desenvolvimento regional do Nordeste.

Não se pode deixar de notar que as Associações mencionadas, apesar dos seus bons propósitos, não dispunham de instrumentos de desenvolvimento dotados de maior eficácia. Dada a carência de recursos, especialmente os de natureza financeira, restringiram seus objetivos e linhas de ação ao trabalho de introdução de novas tecnologias agrícolas e pastoris. No mesmo sentido, estimulavam também o desenvolvimento das famílias rurais, por intermédio de ações de apoio às economias domésticas. Esse trabalho foi realizado em escala nacional, regional, estadual e municipal. Mas nos anos de 1940 e de 1950 ainda alcançava poucos municípios nos diversos Estados do Nordeste.

Os serviços rurais mencionados não faziam o que e o quanto era necessário. Mas começavam a produzir e a melhorar o conhecimento da difícil realidade vivida pelas diferentes categoriais de trabalhadores e de proprietários rurais, estruturado em torno de várias comunidades, que iam, aos poucos, tomando consciência de suas fragilidades, necessidades e demandas variadas. Foi nesse contexto histórico, portanto, que os proprietários ligados ao complexo algodoeiro-pecuário exerceram sua hegemonia, contribuindo, de forma decisiva, para a manutenção de medidas integrantes da chamada “solução hidráulica”, pautada pelo aumento da oferta de água, como estratégia fundamental de tratamento dos problemas do Nordeste, especialmente de suas porções semiáridas. Foi assim, pelo menos até o final dos anos de 1950, quando se desenharam novas formas de ação do Estado no Nordeste brasileiro, com a criação da Sudene. As consequências daí advindas foram fundamentais para consolidar a presença do Estado nessa Região.

A realização do *I e do II Encontros dos Bispos do Nordeste* integra positivamente essa história de mais de três quartos de século, a respeito do desenvolvimento do Nordeste. Compreendo que para produzir os seus principais contornos é preciso considerar o trabalho de atores sociais que fizeram o possível para melhorar as condições de vida da população residente no Nordeste, de fins do século XIX aos que passaram a trabalhar intensamente, com novos instrumentos e informações, em anos posteriores a 1940 e 1950. Não esqueço assim

dos entes públicos onde atuaram importantes cientistas, técnicos e variado número de atores políticos. Início com os integrantes do que eu chamo de *tríplice institucionalidade* – representada pela IOCS-IFOCSDNOCS. Além dessa *tríplice institucionalidade*, hoje representada pelo DNOCS, ainda se conta atualmente com um considerável número de cientistas, técnicos e gestores que acreditam nas possibilidades de contribuição renovada do venerando Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a mais antiga instituição pública federal, com que o Brasil conta hoje. (CARVALHO, 2012: 11. In: Prefácio. PAIVA, 2012.) Ali brilharam figuras como *Miguel Arrojado Lisboa*, *Thomas Pompeu Sobrinho* e *José Guimarães Duque*, dentre outros. Com eles, o Nordeste teve sua infraestrutura geral criada e ampliada, lastreando boa parte do progresso técnico de que se dispõe atualmente.

Por sua oportunidade, registro outras particularidades relevantes, para poder captar as especificidades dos que construíram a mística da Sudene, a primeira instituição de desenvolvimento constituída na Região, a partir de intensos esforços multirregionais. Neste sentido, reproduzo os traços dos que continuaram trabalhando para melhorar as condições de vida da população do Nordeste. Primeiro, veio *Getúlio Vargas*, que estruturou (no período 1930-1945) as linhas mestras do desenvolvimento do Brasil. Em perspectiva bem próxima, já como seu substituto, tivemos depois *Eurico Gaspar Dutra* (Presidente do Brasil no período 1946-1951). Naquele período foi responsável pela criação da Comissão do Vale do São Francisco (em 1946) e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco-CHESF (em 1948). Depois de algum tempo fora do comando do Brasil, *Getúlio* foi eleito em 1950, reassumindo a Presidência da República, em 1951, para cumprir um novo período presidencial (1951-1954). De relevante, do ponto de vista regional, foi criado, nesse período, o Banco do Nordeste do Brasil S. A. (em 1952). No interregno entre os governos de *Getúlio Vargas* e *Juscelino Kubitschek* (período de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961), o Brasil passou por períodos conturbados, tendo sido governado por *Café Filho* (24 de agosto de 1954 a 09 de novembro de 1955), *Carlos Luz* (de 09 novembro de 1955 a 11 de novembro de 1955) e *Nereu Ramos* (11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956). (KOIFMAN, 2002.)

As grandes batalhas enfrentadas por *Getúlio Vargas*, em seu último período de governo, foram difíceis de gerenciar e tristes em sua finalização – com o suicídio a que o Presidente se rendeu, para não renunciar, não ser preso e nem se entregar às forças do atraso. Depois dele vieram aqueles três Presidentes acima referidos, que governaram o Brasil, durante menos de um ano. Só então, o País teve a ventura de poder contar com *Juscelino Kubitschek*, tão nobre e importante quanto *Getúlio Vargas*, para o desenvolvimento do Brasil. Com JK, foram concebidos e instalados novos arranjos políticos destinados a fortalecer a economia do Nordeste. Uma das iniciativas mais importantes, a tal respeito, especialmente do ponto de vista conceitual e simbólico, correspondeu à criação, em 1956, do *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste-GTDN*. Para coordenar os trabalhos do GTDN, o Presidente JK entregou essa magna tarefa a *Celso Furtado*, economista paraibano, na época trabalhando como um dos diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-BNDE, aonde chegou vindo de uma importante instituição em matéria de estudos e planejamento do desenvolvimento – a Comissão Econômica para a América Latina-Cepal.

O GTDN foi instituído com o apoio da Igreja progressista, que conferia ênfase particular às melhoras sociais e econômicas para os menos afortunados por bens e serviços, de variada natureza e qualidade. Foi essa Igreja que concebeu, organizou e realizou, em Campina Grande, na Paraíba, no mesmo ano de 1956, o *I Encontro dos Bispos do Nordeste*, com o decisivo apoio do Presidente JK.

Para a concepção e elaboração do *Relatório do GTDN*, levadas a cabo nos anos de 1956 a 1958, Celso Furtado pôde contar com as contribuições do *Relatório do I Encontro dos Bispos do Nordeste* – adiante delineado – e do documento *Planejamento do Combate às Secas*. Apoiou-se também na 1ª edição do *Relatório Lebre*t. O *Diagnóstico e as Propostas de Desenvolvimento* desse Relatório também apoiaram as concepções inseridas nos *Planos Diretores de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste*, elaborados pela Sudene, especialmente do *I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste*.

## 6. Relatório do I Encontro dos Bispos do Nordeste

O *I Encontro dos Bispos do Nordeste* foi realizado em Campina Grande, Paraíba, nos dias 21 a 26 de maio de 1956. Para que aquele Evento especial pudesse acontecer foi fundamental a força do trabalho persistente e permanente dos prelados do Nordeste, sempre animados pelo entusiasmo de *D. Helder Câmara*, Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro. Mas aquele Encontro talvez não tivesse alcançado o caráter estratégico obtido, não fora a prioridade que lhe foi conferida, no âmbito público federal, pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira. O reconhecimento dos Bispos foi assim caracterizado por *D. Hélder Câmara*, em solenidade realizada em homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek pelas *Organizações Internacionais Benéficas* que colaboravam com os movimentos migratórios para o Brasil, no dia 26 de maio de 1958, no Rio de Janeiro:

“No caso de meus irmãos nordestinos, manda a justiça que deixe de público meu depoimento de testemunha visual: o que Vossa Excelência vem fazendo para arrancar e precipitar soluções que salvem as vítimas da seca prova como Vossa Excelência, antes de ser mineiro, é brasileiro – nenhum filho do Nordeste poderia obter mais, nem mais rapidamente, da emperradíssima burocracia nacional do que vem fazendo Vossa Excelência em favor dos nossos irmãos em desespero. Apenas, Excelência, peço vênias para dizer-lhe: vendo, sentindo a sensibilidade de Vossa Excelência para todos os problemas nacionais; vendo, sentindo a sensibilidade de Vossa Excelência para este próprio Nordeste tão querido – carne de minha carne, sangue do meu sangue – reivindico para o governo de Vossa Excelência (e para isso os admiráveis Bispos nordestinos poderão prestar colaboração decisiva) a glória de lançar bases firmes de uma revisão do tratamento do Nordeste cujas grandes linhas talvez estejam: no atendimento a indústrias básicas de cada unidade nordestina, levando em conta, sobretudo, que, na região, a agricultura é incerta e precária; na revisão substancial do atendimento às secas, dando rumo positivo aos superados esquemas contra as secas; na simplificação e dinamização da máquina administrativa cuja complexidade e cujo emperramento, graves para todo o país, assumem no

Nordeste proporções catastróficas e, em horas de calamidade como a atual [ano de 1958], criminosas.” (PR. **I Encontro dos Bispos do Nordeste**, 1960: 7-8.)

De fato, o Presidente JK conferiu destaque especial às iniciativas da Igreja Católica, em sua Ação Pastoral e Social, a favor dos mais pobres do Nordeste. Afirmou, neste sentido, que “Mais uma vez em nossa história, a Igreja assume agora uma posição construtiva, partindo da espiritualidade pura para os fatos concretos, e isto precisamente numa região ainda subdesenvolvida, a despeito do valor dos seus habitantes, tornada mesmo um problema delicado pelo desnível entre o seu padrão de vida e o do sul do país. E que exemplo, e que sugestão para a vida pública brasileira! (PR. Op. cit., p. 12-13.)

O *Relatório do I Encontro dos Bispos do Nordeste* não foi elaborado como uma simples *Ajuda-Memória*. Sua estrutura e conteúdo vão bem mais além. Essas duas categorias são desdobradas para abranger aspectos conceituais, definição de políticas públicas, indicação de ações programáticas, planejamento de longo prazo, procedimentos para a coordenação das iniciativas de desenvolvimento recomendadas e especificação de decretos dispendo sobre as medidas necessárias à execução de planos, programas, projetos e atividades em todo o Nordeste.

### **6.1 Discurso de abertura do I Encontro pelo Presidente JK**

A gratidão contida no pronunciamento de *D. Hélder Câmara* refletia bem o que se poderia esperar do *Presidente Juscelino Kubitschek*, a partir de suas promessas durante o discurso de encerramento do Encontro dos Bispos do Nordeste, em Campina Grande, no dia 26.05.1956. Vejamos algumas das ênfases formuladas naquela ocasião pelo Presidente JK.

Sobre a posição da Igreja Católica, assim se manifestou Juscelino Kubitschek: “Mais uma vez em nossa história, a Igreja assume agora uma posição construtiva, partindo da espiritualidade pura para os fatos concretos, e isto precisamente numa região ainda subdesenvolvida, a despeito do valor dos seus habitantes, tornada mesmo um problema delicado pelo desnível entre o seu padrão de vida e o do sul do país.” A

fala do Presidente JK era firme, transmitindo a certeza de quem sabia o que dizer e fazer. Via-se claro pelo que ele afirmava: “Não vim a Campina Grande para anunciar milagres, nem lançar promessas que não possam ser cumpridas. Sei o que posso fazer e sinto o que devo dizer. (...) Vejo o Nordeste, por exemplo, como Brasil e só como Brasil. E isto será a valorização dos seus problemas locais ou particulares, porque colocados sempre em situação de enquadramento nacional e interesse geral. (...) Valorizar o Nordeste significa dotá-lo de condições de vida que permitam ao nordestino fixar-se no próprio solo sem a sedução de emigrar ou evadir-se. Apraz-me a este respeito, de modo especial, falar hoje em nome do governo para dizer à Igreja que, entre as obras sociais a que se vem dedicando em nosso País, nenhuma mais oportuna e fecunda do que a da campanha aberta em duas frentes afinal conjugadas e entrosadas: a urbanização das favelas cariocas e o atendimento ao homem rural.” (Idem, p. 12-14.)

Ao longo do seu discurso, o Presidente apontou, dentre outras, duas graves limitações ao desenvolvimento do Nordeste – as disponibilidades de energia elétrica e de água –, que precisavam ser sanadas. O Nordeste, para ele, ainda se contorcia nas angústias desses dois tipos de privações. Quanto à água, ele se perguntava: será que não se encontra desfecho para a busca desesperada de uma solução a respeito de um problema, em relação ao qual o nordestino se debate como se estivesse diante de uma maldição sem limite, no tempo e no espaço? Esse era um “problema de pioneirismo, de amor à região, de ânimo para enfrentar o fenômeno das secas, como numa batalha sem retaguarda ou campo de retirada. Não era assunto para céticos e pessimistas.” (Idem, p. 18-19.)

Apesar da carência de água, em parte suprida com a ampliação das obras de açudagem, era preciso pensar na dinamização da economia do Nordeste. Ciente de que a solução dos problemas do Nordeste passava pela ótica do planejamento, JK dizia que naquele momento era essencial elaborar um *Plano para o Desenvolvimento do Nordeste*; um Plano que não tivesse como destino as gavetas burocráticas, mas que pudesse ser “executado ao ar livre, sem hiatos ou desfalecimentos, ao mesmo tempo com rigor científico e ímpeto bandeirante. Já se acha dito, proclamado, estabelecido, e com acerto, que este problema não é matéria

apenas de engenharia hidráulica ou agrônômica, e sim de um conjunto de medidas sincrônicas. Quanto a mim, vou sugerir e recomendar que a medida, nos quadros de um *Plano do Nordeste*, seja uma solução técnica definitiva no tratamento do solo, no represamento e distribuição das águas, no reflorestamento sistemático, na adoção de novos elementos e formas modernas de cultivo da terra. (...) O governo se empenhará também em estimular a colaboração das entidades não governamentais, a cooperação dos particulares, apoiando, coordenando e executando um programa de ação oficial no Nordeste.” (Idem, p. 20 e 22.)

O discurso da solenidade de abertura do *I Encontro* estava, assim, pautado pela lógica do planejamento e do adequado controle das ações definidas a partir dele. A implementação das iniciativas discutidas e aprovadas no *I Encontro* deveria ser orientada pela integração dos diferentes tipos de iniciativas, fosse por parte dos órgãos públicos, do setor privado e dos setores não governamentais. Sua ênfase e preocupações, neste sentido, iam longe, sendo assim expressas: “Fiz entregar a todos os presentes um questionário, levantando questões objetivas e formulando perguntas sobre situações concretas do serviço público naquela região e a todos solicitei respostas para um prazo que fixei em dia e hora. E apesar de por demais exíguo esse prazo, ninguém falhou, todos enviaram com pontualidade exemplar respostas em geral documentadas e muito bem formuladas.” (Idem, p. 23.)

Foi por conta dessa prioridade ao planejamento e coordenação das ações de desenvolvimento, que chegou a ser possível identificar e anunciar a execução de uma *experiência-piloto de entrosamento dos vários órgãos com atuação no Nordeste*. Não se tratava, pois, de experiência relacionada à criação de novas instituições públicas, nem da definição de financiamentos especiais. Aludida experiência-piloto exigia “apenas, e principalmente, iniciativa, competência, ação, aproveitamento dos recursos existentes, unidade de comando nas providências. Em suma, um esforço de mobilização que se dispõe o governo a fazer em terras do Nordeste. E esta obrigação assumida agora pelos poderes públicos significa também a maneira pela qual o governo traduz de forma concreta e decisiva todo o seu apreço pelo Encontro dos Bispos do Nordeste.” (Idem, p. 27.) Ademais, esse esforço de planejamento e coordenação,

pensado e posto em prática a favor do desenvolvimento do Nordeste, podia ser viabilizado, em boa medida, graças ao sensato pedido de apoio que a Igreja fizera ao governo federal. E este, por sua vez, soubera captar os elementos integradores do processo de desenvolvimento do Nordeste.

## 6.2 Declaração dos Bispos

O Relatório do *I Encontro dos Bispos do Nordeste* foi preparado segundo lógica pautada por orientações (ou diretrizes), gerais e específicas, emanadas da esfera governamental (a exemplo das que constam do Discurso proferido pelo Presidente JK, na Solenidade de Abertura, e da Alocução lida pela “A Voz do Brasil”, em 1º de junho de 1956, à guisa de Encerramento do Encontro). A partir desses direcionamentos conceituais e programáticos, há um segundo nível de orientações, mais detalhadas, como as que integram o que no Relatório é denominado de *Declaração dos Bispos do Nordeste*. As iniciativas que emergem desses dois Blocos de Orientações foram trabalhadas durante o I Encontro pelos participantes dos seis Grupos de Estudos, tal como descrito um pouco adiante.

A *Declaração dos Bispos do Nordeste* foi estruturada em torno de **seis Temas Centrais**, assim especificados: (i) Planejamento e Investimentos; (ii) Agricultura, Crédito Rural e Colonização; (iii) Serviços Sociais e Educativos; (iv) O Problema da Eletrificação do Nordeste e a Contribuição da CHESF para sua Solução; (v) Programa de Execução Imediata; e (vi) A Igreja em Face dos Problemas do Nordeste. Cada um dos seis Temas foi trabalhado, no âmbito do Encontro, por um Grupo de Estudo.

Esses seis Temas foram discutidos e desdobrados em tópicos inovadores, apenas tornados visíveis porque trabalhados à luz da teoria e prática do planejamento do desenvolvimento, em bases regionais, que começavam a ser pensadas e estruturadas nos anos de 1950.

**Tema 1 – Planejamento e Desenvolvimento.** O Tema 1 esteve assim estruturado: (i) *O Nordeste como Investimento* (pensado na perspectiva de investimento produtivo, segundo critérios de adequação



planejamento); (ii) *Causas Gerais e Básicas da Ausência do Planejamento*; (iii) *Falta de Planejamento e Causas de Ordem Moral*; (iv) *Considerações sobre Planejamento para o Nordeste*; (v) *Intuitos das Citações* (que tinham como propósito facilitar a compreensão das sugestões dirigidas aos diferentes atores envolvidos no processo de desenvolvimento regional); e (vi) *Advertência aos Economistas* (assim pensando a “interpretação econômica da realidade nordestina ou nacional: a economia que se isola e corta ligações com a moral se torna inumana e irreal”). (PR. I Encontro dos Bispos do Nordeste, 1960: 29-36.)

**Tema 2 – Agricultura, Crédito Rural e Colonização.** A estruturação do Tema 2 foi assim trabalhada: (i) *Caracterização da Vida Econômica e Social da Região*. Neste sentido, discutiu-se o caráter agropastoril da Região e seu atraso técnico; (ii) *Problemas de Terra e População*. Destacavam-se a tal respeito vislumbres de certa pressão demográfica em determinadas subáreas do *Polígono das Secas*, assim como a necessidade de utilizar a terra segundo critérios de justiça social; o Relatório colocava ainda em relevo algumas orientações sobre como utilizar as terras do Litoral, da Zona da Mata, das Serras e Vales Úmidos, e das áreas dos grandes açudes públicos; e (iii) *Serviços e Instituições Técnicas que Atuam na Região*. O Relatório apresentava um balanço sobre a atuação dos Serviços de Fomento Agropecuário, Crédito Rural e Serviços de Colonização. (Idem, p. 40-48.)

**Tema 3 – Serviços Sociais e Educativos.** Esse Tema foi assim desdobrado no Relatório do I Encontro: (i) *Princípios a Salvar* (Ativa Participação das Populações Beneficiadas; Iniciativa e Esforço Próprio dos Grupos Locais; Aproveitamento dos Recursos Existentes na Área; Responsabilidade dos Líderes e Membros da Comunidade; Coordenação dos Grupos e Instituições; e Fortalecimento do Governo Local); (ii) *Nordeste, Área de Prioridade na Implantação do Serviço Social Rural-SSR*. (Esse Serviço ainda não havia sido instalado no País.); (Idem, p. 32.) e (iii) *Dois Conclusões Prioritárias*. Por sua relevância, o Relatório do I Encontro apresentou duas conclusões: (a) os Arcebispos e Bispos do Nordeste realizariam articulações concretas para a formação de quadros adequados para os Secretariados Diocesanos de Ação Social, para que pudessem se entrosar com o Secretariado Nacional de Ação

Social, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; e (b) cuidariam de identificar e estruturar mecanismos que possibilitassem a aplicação dos recursos à disposição do SSR, no curso do ano de 1956, por meio de convênios com entidades públicas e particulares idôneas, que já viessem atuando com reconhecida eficiência no meio rural do Nordeste. (Idem, p. 50-51.)

**Tema 4 – O Problema da Eletrificação do Nordeste e a Contribuição da CHESF para sua Solução.** O Tema 4 foi incluído na linha de iniciativas prioritárias para o desenvolvimento do Nordeste. Partia-se da criação da CHESF, em 1948, tendo a Usina Hidrelétrica-UHE de Paulo Afonso sido inaugurada em janeiro de 1955. Em sua primeira etapa de aproveitamento, a UHE da CHESF, dispunha de uma potência total de 180.000 kW à disposição do Nordeste. Inicialmente, foram beneficiadas as cidades de Salvador e do Recife. As etapas subsequentes foram objeto do *Plano de Obras de Aproveitamento do Rio São Francisco de 1956*. O Relatório do I Encontro também destacou outras contribuições importantes a respeito do aproveitamento das águas do São Francisco, como as derivadas do desenvolvimento da irrigação. (Idem, p. 35.)

**Tema 5 – Programa de Execução Imediata.** O Tema 5 foi desdobrado em dois conjuntos de abordagens. O primeiro referia-se ao balanço de atuação das iniciativas levadas a cabo pelo Governo Federal na Região. O segundo compreendia a execução de uma experiência-piloto de implementação de ações integradas de desenvolvimento, com a participação da Igreja.

No que diz respeito ao *primeiro conjunto de abordagem*, incluíam-se nele a importância atribuída pela Igreja ao Encontro de Campina Grande. Especificavam-se ali as instituições públicas que participaram das reuniões preparatórias do Encontro (Ministérios e órgãos vinculados). Destacavam-se também as ênfases postas no planejamento de longo prazo e no plano de ação imediata. Enfatizava-se a preferência por iniciativas que pudessem ter início praticamente imediato; se referissem a realizações capazes de assegurar o aproveitamento permanente de migrantes; e contribuíssem, a um tempo, para a elevação do nível econômico e social dos trabalhadores e respectivas famílias. Os Bispos e técnicos presentes em Campina Grande tiveram em mãos um resumo

de todos os balanços de iniciativas programáticas, caracterizadas como ponto de partida objetivo para indicações concretas em relação à Experiência-piloto. O trabalho do Tema 5 (ou seja, do Grupo 5) foi importante para a estruturação das atividades da experiência-piloto. (Idem, p. 57-60.)

O *segundo conjunto de abordagem* (a Igreja e a experiência-piloto) estava relacionado ao lançamento das bases da experiência-piloto de entrosamento dessas forças, que até então vinham atuando de maneira dispersiva no Nordeste. Neste sentido, destacavam-se os agradecimentos da Igreja ao Presidente da República, extensivos aos técnicos oficiais – federais, estaduais e municipais – e particulares, que tanto contribuíram para a eficiência do I Encontro. (Idem, p. 61.)

**Tema 6 – A Igreja em Face dos Problemas do Nordeste.** O Tema 6 abordava tópicos relacionados: (1º) a Justificativas para o Exercício de Ações mais Específicas por parte da Igreja; (2º) a uma definição precisa sobre sua Posição Exata; e (3º) as ligações entre Clero e Ação Católica. Em relação ao 1º tópico do Tema 6, o Relatório do I Encontro conferia destaque ao bem-estar social, e promovia a salvaguarda da dignidade da pessoa humana, na sua tarefa de viver. Diante dos problemas discutidos e das soluções recomendadas, o Relatório explicitava, sobre o 2º tópico, que a Igreja deixara estabelecida uma *posição exata* sobre os aspectos mais diretamente afetos à sua Missão. Neste sentido, a Igreja não tinha propriamente soluções técnicas e temporais a apresentar, como especificamente suas, mas não se escusava de examinar os dados concretos da realidade, de modo a encontrar as equações de ordem moral. Afirmava, por isso, não querer interferir no campo de ninguém. (Idem, p. 64.) O 3º tópico do Tema 6 indicava que as Conclusões do 6º Grupo de Estudos haviam sido integralmente inseridas nas Conclusões Gerais do Encontro. Os Arcebispos e Bispos salientavam que ao sentirem, no I Encontro, mais vivamente ainda, o peso dos problemas da conjuntura econômico-social do Nordeste, seu pensamento se voltara de modo especial para o Clero e a Ação Católica da Igreja. Isso não significava o esquecimento das Ordens e Congregações Religiosas, masculinas e femininas, nem o esquecimento das beneméritas Associações Religiosas que tanto ajudavam. (Idem, p. 64-67.)

### 6.3 Sugestões dos grupos de estudo do I Encontro

As sugestões resultaram do entrosamento de órgãos públicos e particulares com atuação no Nordeste, ligados ao *Programa de Ação Imediata*. Dessa articulação brotaram contribuições de toda natureza e das mais diversas origens. Tais contribuições foram agrupadas em três conjuntos de medidas passíveis de execução, por parte do Poder Público, em íntima coordenação e entrosamento de seus órgãos e com a colaboração da iniciativa privada. As medidas que estruturavam os três conjuntos estão assim especificadas: (i) Medidas Fundamentais de Caráter Administrativo e Orçamentário; (ii) Medidas de Execução Imediata; e (iii) Estudos e Providências para Adoção Positiva.

**Medidas de Caráter Administrativo e Orçamentário.** Essas medidas são genéricas, afetando, pela simples conjugação de esforços, a coordenação de atividades. Podiam, neste sentido, ser imediatamente executadas pelos vários órgãos da administração pública em seus três níveis – federal, estadual e municipal – e pela iniciativa privada. Para tanto requeriam meros ajustamentos de coordenação, em torno de problemas já equacionados.

Tais medidas abrangem esforços nas seguintes direções: (i) Liberação imediata das verbas destinadas à aplicação no Nordeste; (ii) Salvaguarda, em 1956, sem cortes e reduções, das verbas destinadas ao Nordeste; (iii) Não-inclusão do Nordeste, a partir de 1957, no chamado “plano de economia”; e (iv) Irreversibilidade das verbas destinadas ao Nordeste.

**Medidas de Execução Imediata.** Compreendiam *Projetos e Indicações*. Os Projetos correspondiam a iniciativas concretamente exequíveis, que já dispusessem de recursos específicos, permitindo ou exigindo a colaboração eficiente entre vários órgãos. As Indicações referiam-se a iniciativas de âmbito mais restrito, requerendo providências determinadas, por vezes menos precisas quanto a verbas específicas, ou com menos número de órgãos afetados, porém sempre capazes de repercutir fundamentamente em alguns setores da vida nordestina. (Idem, p. 71.)

O conjunto de Projetos e de Indicações não correspondia a um plano orgânico de iniciativas públicas e particulares, mas apenas

a medidas de necessidade imprescindível ao desenvolvimento do Nordeste, cuja execução não fazia parte das responsabilidades dos Bispos. Incluíam-se ainda outras medidas que, embora não pudessem ser tomadas de imediato, deviam ser objeto de estudos e providências posteriores. Todas essas medidas exigiam entrosamento de órgãos e conjugações de esforços em prol de um objeto comum – o bem do Nordeste e, portanto, o do Brasil. (Idem, p. 72.)

As 19 *Iniciativas Programáticas* caracterizadas como Projetos foram assim explicitadas: *Projeto Nº 1* – Maranhão: Criação de Núcleo Colonial no Vale do Mearim; *Projeto Nº 2* – Piauí: Criação de Núcleo Colonial no Vale do Parnaíba; *Projeto Nº 3* – Ceará: Criação de Núcleo Colonial para o abastecimento de Fortaleza; *Projeto Nº 4* – Rio Grande do Norte: Construção do porto teleférico de Areia Branca; *Projeto Nº 5* – Rio Grande do Norte: Incentivo ao desenvolvimento econômico dos vales secos do Açú e Apodi; *Projeto Nº 6* – Paraíba: Instalação hidrelétrica no Açude Curema; *Projeto Nº 7* – Pernambuco: Aparelhamento do Porto do Recife para escoamento e distribuição de fosfato e construção de ramal da Rede Ferroviária do Nordeste-RFN, para o mesmo fim; *Projeto Nº 8* – Pernambuco: Instalação de um Núcleo Colonial para abastecimento do Recife; *Projeto Nº 9* – Pernambuco: Instalação de um Posto de Migração em Petrolina; *Projeto Nº 10* – Alagoas: Instalação de 200 famílias na Colônia Pindorama; *Projeto Nº 11* – Sergipe: Instalação de Postos de Migração em Aracaju e Propriá; *Projeto Nº 12* – Bahia: Instalação de Postos de Migração em Feira de Santana e Mapele; *Projeto Nº 13* – Bahia: Instalação de 350 famílias, pelo INIC, em seus núcleos coloniais, em 1956; *Projeto Nº 14* – Região Nordeste: Construção de casas para trabalhadores; *Projeto Nº 15* – Paraíba e Alagoas: Desenvolvimento da indústria leiteira nos Cariris Velhos [Cariris Paraibanos] e no Baixo São Francisco; *Projeto Nº 16* – Região Nordeste: Produção e distribuição de sementes; *Projeto Nº 17* – Bahia: Programa de indústria animal do Nordeste; *Projeto Nº 18* – Bahia: Fábrica de Produtos Biológicos de defesa sanitária; e *Projeto Nº 19* – Em benefício do Nordeste: Articulação de órgãos de fomento. (PR. I **Encontro dos Bispos do Nordeste**, 1960: 71-87.)

As *Indicações de Ações Programáticas* totalizaram 22, como se especifica a seguir: *Indicação Nº 1* – Paraíba: Abastecimento d'Água de

Campina Grande; *Indicação Nº 2* – Aprovação de regulamento do SSR e prioridade para sua ação; *Indicação Nº 3* – Rio Grande do Norte: Obras do Açude Marechal Dutra; *Indicação Nº 4* – Rio Grande do Norte: Obras do Porto de Macau; *Indicação Nº 5* – Pernambuco: Perenização do Rio Bituri; *Indicação Nº 6* – Nordeste: Prioridade para assistência financeira às indústrias de fertilizantes e de fungicidas; *Indicação Nº 7* – Bahia: Fábrica de nitrogênio; *Indicação Nº 8* – Sergipe: Usina de soda cáustica, ácido clorídrico e fosfato de cálcio; *Indicação Nº 9* – Nordeste Semiárido e Vale do São Francisco: Cambiais para a importação de moto-bombas e perfuratrizes; *Indicação Nº 10* – Ampliação de recursos para a ANCAR; *Indicação Nº 11* – Recuperação de máquinas e patrulhas motomecanizadas; *Indicação Nº 12* – Pequena açudagem; *Indicação Nº 13* – Estudos sobre a colonização do Baixo São Francisco; *Indicação Nº 14* – Estudos para colonização irrigada na região seca do Estado de Alagoas; *Indicação Nº 15* – Empréstimos fundiários; *Indicação Nº 16* – Empréstimos de crédito pessoal; *Indicação Nº 17* – Financiamento à cultura do sisal; *Indicação Nº 18* – Região Nordeste: Retenção e emprego, no Nordeste, das contribuições recolhidas pelas instituições de previdência; *Indicação Nº 19* – Região Nordeste: Assistência social direta aos trabalhadores de obras públicas; *Indicação Nº 20* – Experiência de crédito orientado; *Indicação Nº 21* – Estudo da palma [forrageira]; e *Indicação Nº 22* – Abastecimento d'Água de Cajazeiras. (Idem, p. 87-97.)

Uma leitura comparada entre os *Projetos e Indicações* acima especificados permitirá verificar que a grande maioria dessas iniciativas foram incluídas no *I Plano Diretor da Sudene*, que vigorou no período 1961-1963. Isso mostra a adequação do Diagnóstico produzido no I Encontro às demandas e necessidades do Nordeste em meados dos anos de 1950.

**Estudos e Providências para Adoção Positiva.** Os Grupos de Estudos do *I Encontro dos Bispos do Nordeste* produziram outras recomendações importantes, como as referidas a seguir: (i) Reforma do Ministério da Agricultura; (ii) Medidas Legislativas; (iii) Estudos de Colonização do Nordeste; e (iv) Planejamento de Crédito Rural.

Os estudos referentes à *Reforma do Ministério da Agricultura* estariam a cargo de um Grupo de Técnicos especializados em extensão agrícola, fomento e administração rural. Os trabalhos desse grupo

tinham como objetivo investigar o funcionamento inadequado dos sistemas de fomento, então vigentes, propondo as medidas julgadas indispensáveis para a reforma desses sistemas. (Idem, p. 97-100.)

As *Medidas Legislativas* incluíam providências que iam além das medidas de longo prazo, como as referidas à Reforma do Ministério da Agricultura. Eram consideradas indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social do Nordeste, as medidas previstas nos anteprojetos de Lei de Irrigação, na área do Polígono das Secas, e de acesso à exploração agrícola, elaborados pela Comissão Nacional de Política Agrária. (Idem, p. 100.)

Sobre os *Estudos de Colonização do Nordeste*, recomendava-se a criação, no âmbito do Grupo de Planejamento do Nordeste, a ser organizado pelo Conselho Nacional de Planejamento, de um subgrupo para planejamento da colonização no Nordeste, com a participação de todos os órgãos públicos e organizações particulares, para evitar a dispersão de esforços e a falta de coordenação no desenvolvimento regional. Sugeria-se ainda a localização preferencial das iniciativas a este respeito nas bacias irrigáveis dos açudes públicos, às margens dos rios que possam servir para irrigação, e nos vales úmidos. Recomendava-se também que os estudos de planejamento incluíssem igualmente as possibilidades de desenvolvimento da colonização no litoral sul do Estado da Bahia e em certas regiões do interior do mesmo Estado particularmente favoráveis. (Idem, p. 100.)

O *Planejamento de Crédito Rural* também foi objeto de prioridade. As atividades do grupo de estudos sugerido deveriam ter como produto a elaboração de um anteprojeto de lei e regulamentação do crédito rural, abrangendo elementos estruturantes básicos, como a coordenação de atividades e programas, elaboração de projeto de lei de crédito rural e criação de um fundo de crédito rural, dentre outros. (Idem, p. 101.)

#### **6.4 Planejamento e Investimentos**

Esse tópico foi trabalhado sob a coordenação do economista *Rômulo Barreto Almeida*. Aludido tópico contemplava os resultados do 1º Grupo de Estudos do I Encontro dos Bispos do Nordeste. Nele foram tratadas



questões do planejamento de longo prazo, para o desenvolvimento do Nordeste. Atente-se para a questão geral ali sintetizada, na qual se colocava em relevo o que hoje se poderia denominar de “a falta que o planejamento faz”. Essa falta em muitos lugares e quase ausência em outros era assim destacada: Há um folclore generalizado de que “no Brasil se planeja demais, o que falta é execução”; pelo contrário, a experiência do Nordeste revela uma sucessão anárquica de ideias imaturas e projetos apressados, quando não de simples formulações, em termos convencionais, de interesses políticos ou econômicos de pequenos grupos ou pessoas, os quais têm sido rotulados como planos, programas ou projetos.” (Idem, p. 103.)

As carências a este respeito são identificadas e analisadas a partir da discussão de questões como as seguintes: Mudança de Métodos e Carência de Técnicos; Necessidade de Estruturação de um Grupo de Planejamento do Nordeste, com capacidade para pensar e estruturar iniciativas estratégicas há muito reclamadas pelo Nordeste; Definição de Opções de Investimento compatíveis com as demandas regionais; Ampliação dos Investimentos na Região, a partir de bons Projetos e Programas, integrantes de um *Plano de Desenvolvimento*; Formulação de uma política financeira adequada à sustentação do desenvolvimento do Nordeste; e Estudo da proposta de Orçamento Federal para 1957, bem como do “plano de economia” relativo ao ano de 1956.

Outras questões cruciais, foram assim especificadas: Definição de uma Política de Câmbio e Importações; Investimentos Públicos (com destaques para as iniciativas a serem postas em prática, a curto e médio prazo); Campos Preferenciais e Recursos (com ênfase no aumento da oferta de energia elétrica); Transportes e Comunicações; Solo e Água (estudos e aproveitamento integrado); Pesquisa, Educação, Assistência Técnica e Saneamento; Medidas para Provocar Investimentos Particulares (correspondem aos investimentos intangíveis em geral, porém, indispensáveis para o processo do desenvolvimento econômico e social); Recursos do Nordeste e Oportunidades de Investimento; Aproveitamento dos Recursos Agrícolas – sabia-se serem mais escassos nas áreas semiáridas; mas a Região dispunha de importantes zonas de umidade permanente ou equivalentes às das zonas agrícolas do Sul e Sudeste do País. “Em síntese: a própria zona seca não



é desanimadora quanto a seus recursos agrícolas”); Utilização dos Recursos Pesqueiros (sabia-se tratar de atividade econômica com positivas possibilidades de utilização); Aproveitamento dos Recursos Minerais e das Indústrias Metalúrgicas e Químicas; e Indústria de Consumo. (Idem, p. 110-119.)

As sugestões do 1º Grupo de Estudos terminava seu relato com a seguinte conclusão: “As indicações de oportunidades que o Grupo pôde reunir e apresentar (...), embora possam sugerir medidas oficiais e iniciativas particulares imediatas, não representam um plano, mas apenas uma sugestão a mais para ele. Documentam, sobretudo, quanto ‘vale a pena’ um esforço de planejamento e de investimentos no sentido, de libertar o Nordeste das estranhas e desnecessárias dificuldades com que tem lutado.” (Idem, p. 121.)

### **6.5 Alocução do Presidente JK, alusiva ao encerramento do I Encontro**

Essa alocução seguiu-se à *Declaração dos Bispos do Nordeste*, tal qual aparece no *Relatório do I Encontro*. E assim deveria ser mesmo, porque dita mensagem, feita pela rede radiofônica de “A VOZ DO BRASIL”, garante e reforça os apoios concedidos pelo governo federal às iniciativas estruturalmente integradas à Declaração dos Bispos. Propicia, ao mesmo tempo, respaldo aos detalhamentos programáticos referentes às recomendações produzidas pelos seis Grupos de Estudos, que trabalharam as diferentes temáticas, antes, durante e depois do I Encontro. O destaque a tal respeito tem sentido e lógica especiais, dado o empenho com que o Presidente JK se entregou aos trabalhos realizados em função das demandas identificadas e organizadas pelos Arcebispos, Bispos e demais participantes do I Encontro. Veja-se o que, neste sentido, destacou o Presidente Juscelino Kubitschek, recordando o que dissera e se comprometera fazer, por ocasião da solenidade de abertura do I Encontro:

“Assumi alguns compromissos de natureza administrativa, em nome do governo, na oportunidade solene do encerramento do Encontro dos Bispos do

Nordeste, e naquele mesmo dia, um sábado, prometi que na segunda-feira amanheceria no meu gabinete de trabalho tomando medidas e executando providências para honrar a palavra empenhada; e que dentro de poucos dias, de uma semana talvez, o povo do Nordeste poderia ouvir pelo rádio notícias de atos demonstrativos de que não foram vãs as minhas palavras pronunciadas em Campina Grande.” (PR. I ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE, 1960: 124.)

## **6.6 Coordenação das iniciativas resultantes do I Encontro**

O necessário esforço a este respeito foi objeto do Decreto N° 39.301, de 1° de junho de 1956. Por esse decreto ficava estabelecido que a coordenação geral dos trabalhos a que se referiam os Decretos de n.ºs. 39.282 a 39.300, também de 1° de junho de 1956, seria efetuada pela Presidência da República, diretamente pelo Chefe do Governo, ou por intermédio do Chefe do Gabinete Civil, como seu representante.

## **6.7 Legitimação das ações do I Encontro**

O item VII do *I Relatório do Encontro dos Bispos do Nordeste* é dedicado à descrição das 19 Iniciativas aprovadas pelo Presidente da República, por meio de 19 Decretos, que vão do N° 39.282 ao N° 39.300, do ano de junho de 1956. Cada um desses 19 Decretos são precedidos de textos sintéticos descrevendo as 19 Iniciativas.

As 19 Iniciativas estão assim especificadas: 1. Núcleo Colonial no Vale do Rio Mearim (Decreto N° 39.282 – de 1° de Junho de 1956); 2. Construção do Porto de Itaqui (Decreto N° 39.283 – de 1° de Junho de 1956) 3. Núcleo de Abastecimento de Fortaleza (Núcleo Colonial Pio XII); 4. Núcleo Colonial do Vale do Rio Parnaíba (Núcleo Colonial do Gurguéia); 5. Porto de Areia Branca; 6. Vales do Baixo Piranhas e Apodi; 7. Aproveitamento do Açude Curema; 8. Escoamento do Fosfato de Olinda; 9. Núcleo de Abastecimento do Recife (Núcleo Rio Bonito); 10. Postos

de Migração em Pernambuco, Sergipe e Bahia; 11. Núcleos Coloniais na Bahia; 12. Construção de Casas Populares; 13. Contrato INIC-Fundação Casa Popular-FCP; 14. Gado e Indústria Leiteira na Paraíba e em Alagoas; 15. Sementes e Mudanças para o Nordeste; 16. Indústria Animal na Bahia e no Nordeste de Minas Gerais; 17. Prêmios para a Instalação de Armazéns e Silos; 18. Abastecimento de Água em Campina Grande (Açude Boqueirão de Cabaceiras e Adutora Boqueirão-Campina Grande); e 19. Núcleo Colonial de Petrolândia.

## **7. Relatório do II Encontro dos Bispos do Nordeste**

O *II Encontro dos Bispos do Nordeste* foi realizado em Natal, Rio Grande do Norte, entre 24 e 26 de maio de 1959, com a cooperação e a assistência de numerosas autoridades federais, estaduais, municipais e autárquicas, dentro do mesmo plano e com os mesmos objetivos do I Encontro, levado a efeito em Campina Grande.

Em 15 de junho de 1959, vinte dias depois do encerramento do II Encontro, o Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, *Victor Nunes Leal*, presidia no Palácio do Catete a uma reunião de altos dignatários da Igreja Católica e dirigentes de órgãos administrativos cujas atividades se desenvolviam no Nordeste.

Os trabalhos de conciliação dos textos aprovados e de elaboração de instrumentos legais que assegurassem a participação pública nos empreendimentos recomendados desenvolveram-se com rapidez e, em 7 de julho de 1959, no Palácio das Laranjeiras, na presença de altas autoridades civis e eclesiásticas, o Presidente Juscelino Kubitschek assinou os 30 decretos que consubstanciaram as providências legais decorrentes das novas sugestões dos prelados nordestinos. Após assinar os trinta decretos, o Chefe do Governo, dirigindo-se aos presentes, congratulou-se com todos os Bispos e Arcebispos do Nordeste pelo esforço demonstrado, visando a redenção dessa vasta região do território nacional.

Naquela ocasião, D. Hélder Câmara, ressaltou as providências adotadas pelo Governo Federal, com a colaboração dos Bispos dos Estados nordestinos. Depois de realçar a importância dos decretos assinados pelo Presidente Juscelino Kubitschek, D. Hélder concluiu sua oração

afirmando: “Cumpriu Vossa Excelência, Sr. Presidente, a palavra empenhada no tocante ao encontro dos Bispos do Nordeste, emprestando-lhes, assim, absoluta colaboração.”

### **7.1 Discurso do Presidente JK na Solenidade de Abertura**

Três anos após o I Encontro, no dia 26 de maio de 1959, por ocasião da solenidade de abertura do *II Encontro dos Bispos do Nordeste*, o Presidente JK disse que tão logo assumira a Presidência da República, voltara suas vistas para o Nordeste. Atendia naquela ocasião a pleito contido em memorial formulado por trinta e oito parlamentares, no qual apelavam pela incorporação do Norte e do Nordeste à economia do Brasil, conforme promessa feita em 17 de fevereiro de 1956. Pouco mais de três meses depois, reuniram-se novamente, podendo ele dizer, em 26 maio de 1959, que não viera a “Campina Grande para anunciar milagres, nem lançar promessas que não possam ser cumpridas.” (PR. **II Encontro dos Bispos do Nordeste**, 1960: 9.)

Nessa perspectiva JK anunciou as medidas necessárias e que poderia cumprir. Neste sentido, assinou 19 decretos necessários à execução do plano resultante do II Encontro. Em alguns casos integrou iniciativas do I Encontro com as do II, para dar lógica e consistência a ações implementáveis no período 1957-1960, encarregando a coordenação geral dos trabalhos ao seu Gabinete Civil. Assinalou várias obras prioritárias ali incluídas, como as de apoio aos vales secos do Baixo Piranhas e Apodi, no Rio Grande do Norte, assim como às relacionadas aos Cariris Paraibanos, cuja implementação contou com decisivo apoio dos Bispos Diocesanos daquelas sub-regiões. As atividades do chamado Grupo Cariri foram coordenadas pelo BNB. Destacou também as ênfases concedidas aos chamados *Vales Úmidos* de várias áreas do Nordeste. O DNOCS concluiu em tempo recorde o *Açude Boqueirão de Cabaceiras*, em janeiro de 1957, resolvendo os problemas da demanda de água de Campina Grande. O Presidente disse não poder “deixar de ressaltar o papel dos santos homens da Igreja Católica na luta insistente e indormida pelo soerguimento do Nordeste, desde os primeiros instantes do [seu] Governo até à execução da Operação Nordeste.” (Idem, p. 12.)

Voltou a destacar que haviam sido os Bispos do Nordeste os animadores e promotores do trabalho que sua administração começara a realizar. Ressaltou “os resultados palpáveis, que evidenciam o alto e nobre sentido da colaboração que o clero vem prestando ao Governo. Os Bispos completaram o planejamento da Operação Nordeste, imprimindo-lhe uma nota humana e cristã, com planos de educação de base levados a efeito por Escolas Radiofônicas, das quais é pioneira e modelo a desta cidade. [Natal]. Ousaram experiências novas (...). Preocuparam-se, também, (...) com o problema das migrações internas, com vistas a humanizar condições, hoje dolorosas e deprimentes. Propuseram várias outras medidas, às quais darei endosso integral, na certeza de que aumentarão a eficiência da Operação Nordeste. Julgaram indispensáveis recomendar ao Governo, a bem do superior interesse público, que o planejamento regional previsto pela Operação Nordeste não excluísse a pronta execução de inadiáveis projetos locais, de alcance imediato para certas populações. Essa ponderação será levada em conta, para que se atendam, na medida do possível, os justos anseios de determinadas comunidades.” (Idem, p. 14-15.)

Por fim, expressou aos Bispos do Nordeste o reconhecimento do governo pelo muito que fizeram. Com esse apoio esperava “tornar efetiva a Operação Nordeste, transformada, hoje, numa esperança para milhões de seres nossos irmãos, gente heróica sem alardes, que mascara a coragem indômita na modéstia, na sobriedade, numa discrição em que o sofrimento sem queixas é reconhecido com dignidade tanto mais comovente, quanto mantida no desconforto, na luta contra a morte. Trabalhador incomparável, não sabemos de ninguém mais disposto a enfrentar a hostilidade do que esse castigado brasileiro, oriundo desta região tão marcada pelas condições adversas e, muita vez, trágicas da existência.” (Idem, p. 15.)

## **7.2 Declaração dos Bispos**

Essa Declaração dos Bispos do Nordeste foi produzida no dia 26 de maio de 1959, ao final do *II Encontro dos Bispos do Nordeste* (realizado em Natal, Rio Grande do Norte, de 24 a 26 de maio de 1959),

depois de três dias de orações e estudos, empreendidos por expressa convocação da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com aprovação plena da Nunciatura Apostólica, e realizados com a ajuda de técnicos dos vários órgãos federais e estaduais que atuam no Nordeste, chegaram às seguintes *Afirmações, Conclusões, Sugestões e Votos*.

As *Afirmações* incluíam iniciativas de natureza cristã e de apoio ao desenvolvimento econômico. Neste sentido, destacavam-se as consideradas nos documentos da Operação Nordeste, acordadas pelos Grupos de Estudos do II Encontro. Dentre essas destacavam-se as de concessão de tratamento igualitário à agricultura regional, assim como ao desenvolvimento industrial. Indicavam também a necessidade de elaboração imediata de um plano de trabalho que permitisse assegurar aos migrantes nordestinos uma assistência humana condigna.

As *Conclusões* foram pautadas por um balanço criterioso nos planos de ação decorrentes das iniciativas programadas e executadas a partir do I Encontro realizado em Campina Grande. Esse balanço foi estruturado por 18 tipos de *ações organizadas* em torno de quatro categorias, assim especificadas: (a) Planos que Vão Muito Bem; (5 projetos e/ou atividades); (b) Planos em Andamento (5 projetos e/ou atividades); (c) Planos em Vias de Funcionamento (5 projetos e/ou atividades); e (d) Planos com Dificuldades de Andamento (3 projetos e/ou atividades).

As 18 ações são especificadas a seguir, segundo os Decretos que as aprovaram, de acordo com cada uma das quatro categorias referidas:

- (a) **Planos que Vão Muito Bem:** (i) Decreto nº 39.287 – Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento econômico dos Vales Secos do Baixo Piranhas e Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte; (ii) Decreto nº 39.285 – Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da criação de gado e da indústria leiteira nos Estados da Paraíba e Alagoas; (iii) Decreto nº 39.288 – Dispõe sobre as medidas necessárias ao máximo aproveitamento do Açude Curema e suas áreas de influência; (iv) Decreto nº 39.389 – Dispõe sobre as medidas necessárias ao escoamento regular da produção das jazidas de fosfato de

Olinda; e (v) Decreto nº 39.299 – Dispõe sobre o abastecimento de água para Campina Grande;

(b) **Planos em Andamento:** (i) Decreto nº 39.285 – Dispõe sobre a instalação de um núcleo colonial destinado ao abastecimento de Fortaleza; (ii) Decreto nº 39.298 – Dispõe sobre o auxílio financeiro ou prêmio para a instalação de armazéns destinados a cereais e assemelhados no Polígono das Secas; (iii) Decreto nº 39.296 – Dispõe sobre as medidas necessárias à produção e distribuição em tempo útil de sementes selecionadas, mudas e enxertos destinados à lavoura nordestina; (iv) Decreto nº 39.284 – Dispõe sobre a instalação de um núcleo colonial no Vale do Rio Parnaíba; e (v) Decreto nº 39.290 – Dispõe sobre a instalação de um núcleo colonial destinado ao abastecimento de Recife;

(c) **Planos em Vias de Funcionamento:** (i) Decreto nº 39.283 – Construção do Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão; (ii) Decreto nº 39.292 – Dispõe sobre a instalação de postos de imigração nos Estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia; (iii) Decreto nº 39.293 – Dispõe sobre a instalação de 350 famílias nos núcleos coloniais localizados no Estado da Bahia; (iv) Decreto nº 39.282 – Dispõe sobre a instalação de Núcleo Colonial no Vale do Rio Mearim, com capacidade para 2.000 famílias; e (v) Decreto nº 39.294 – Dispõe sobre a construção de casas para trabalhadores nordestinos;

(d) **Planos com Dificuldades de Andamento:** (i) Decreto nº 39.286 – Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da produção de sal e aperfeiçoamento de seus métodos na área que interessa ao porto de Areia Branca, Rio Grande do Norte; (ii) Decreto nº 39.291 – Dispõe sobre a instalação de 200 famílias na Colônia Pindorama, em Alagoas; e (iii) Decreto nº 39.297 – Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da indústria animal da Bahia e no nordeste de Minas Gerais.

As **Sugestões** apresentadas pelos Grupos de Estudo compreendiam *indicações, recomendações gerais e votos*. As Indicações e Recomendações poderiam constituir subsídios úteis para a formulação de Projetos que

pudessem ou devessem enquadrar-se no Plano Diretor da OPENO [Operação Nordeste]. Em outros casos, certas medidas administrativas e providências poderiam resultar em simples programas de trabalho. Os Votos constariam de Proposições anexas, que seriam entregues à Presidência da República. Os Votos seriam numerados, depois de apresentados, discutidos e aprovados pelos Grupos de Trabalho do II Encontro. Esse Encontro, realizado no período de 26 a 29 de maio de 1959, foi encerrado no dia 29 de maio, em período idêntico ao do I Encontro.

Ao final da Declaração, o Relatório do II Encontro foi assinado por 22 Bispos presentes.

### **7.3 Coordenação dos trabalhos objeto do I e do II Encontros dos Bispos do Nordeste**

As atividades a este respeito foram objeto de processos de trabalho mais amadurecidos, realizados nos anos que medeiam o *I e o II Encontros dos Bispos do Nordeste*. Daí o tratamento mais específico conferido a esses assuntos no Decreto N° 46.385, de 07 de julho de 1959.

Depois de alguns considerandos, ficou estabelecido (no Art. 1° do mencionado Decreto) que “A coordenação e supervisão dos trabalhos a que se referem os decretos n°s 39.282 a 39.300, de 06 de junho de 1956 e 46.357 a 46.385, de 07 de julho de 1959, serão exercidas pela Presidência da República, diretamente pelo Chefe do Governo, ou por intermédio do Chefe do Gabinete Civil, seu representante.” Em seu Parágrafo único, estava escrito: “O Chefe do Gabinete Civil baixará as instruções que forem necessárias à execução do presente decreto.”

O Art. 2° do Decreto N° 46.385, de 07 de julho de 1959, estabelecia que, para “cooperar com a Presidência da República, no melhor cumprimento do disposto no artigo anterior, fica criado Grupo de Assesores, orientado por um Secretário-Executivo, este diretamente subordinado ao Chefe do Gabinete Civil.”

Pelo Art. 3° do citado decreto, “Os Assesores e o Secretário-Executivo mencionados no artigo anterior serão designados por ato do Presidente da República, por indicação do Chefe do Gabinete Civil.”



Em seu Art. 4º, o decreto acima referido explicitava que “O Grupo de Assessores, que se reunirá, pelo menos, uma vez por mês, terá, além de outras, as seguintes atribuições específicas: estabelecer entrosamento direto com o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, ou órgão que o suceda, para assegurar a necessária articulação entre os planos de trabalho e o Plano Diretor do referido órgão; fazer avaliação técnica e administrativa de cada projeto, sugerindo as providências que couberem; promover medidas que visem estabelecer maior entrosamento entre os órgãos participantes da execução dos diferentes projetos; colaborar na articulação com as entidades diocesanas em cujo território se localiza a iniciativa; sugerir meios destinados a um maior controle na execução dos trabalhos decorrentes dos decretos mencionados no art. 1º.” Em seu Parágrafo único, deixava-se claro que “Os trabalhos dos integrantes do Grupo de Assessores, inclusive do Secretário-Executivo, serão gratuitos, considerando-se de relevante serviço ao país, e, sempre que se tratar de servidor público, constará esta colaboração da sua ficha funcional.”

A concepção dos trabalhos de coordenação das atividades definidas no *I e no II Encontros dos Bispos do Nordeste* assemelha-se à que viria a pautar a estruturação da Secretaria-Executiva da Sudene.

## **8. Diferenças entre as propostas e realizações dos dois Encontros**

O *I e o II Encontros dos Bispos do Nordeste* chegaram a acontecer, sem nenhuma dúvida, como resultado do especial apoio que lhes foi conferido pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek. O *I Encontro* já fora realizado combinando-se as forças progressistas da Igreja Católica com o olhar positivo do Presidente da República, que pensava no planejamento como caminho para o desenvolvimento. Verdade seja dita, o Nordeste já contava com uma razoável cultura de planejamento, fortalecida pelos esforços de *Rômulo Almeida*, idealizador e primeiro Presidente do Banco do Nordeste. Rômulo Almeida conhecia bem o Nordeste e trabalhara suas possibilidades de desenvolvimento, antes e depois de exercer a Chefia da Assessoria Econômica da

Presidência da República, em 1951/1952, durante o último governo do Presidente Getúlio Vargas.

Os dois Encontros se beneficiaram de suas contribuições, como atuante membro dos Grupos de Estudo dos dois Eventos. Esses Encontros apresentaram diferenças notáveis em matéria de conhecimento dos problemas do Nordeste, assim como de foco a respeito das iniciativas postas em prática durante os processos de preparação e realização dessas duas importantes iniciativas. As proposições do *I Encontro* eram menos detalhadas, até porque o conhecimento das dificuldades, integrando iniciativas setoriais e globais, apenas começavam a ser vislumbradas. E pôde ser assim, graças às contribuições emprestadas às equipes do Nordeste por especialistas setoriais e globais, oriundos das regiões mais desenvolvidas do País e da própria esfera do governo federal, animados pelo espírito desenvolvimentista do Presidente JK.

Os responsáveis pela organização e execução do *II Encontro* souberam tirar bom partido dos avanços do conhecimento gerado, *pari passu*, pelas instituições que iam sendo constituídas, em novos moldes – como o Banco do Nordeste do Brasil –, ou fortalecidas, a exemplo da CHESF e da CVSF. O esforço oferecido pelas instituições da Igreja Católica e por outras organizações da sociedade civil também contribuiu para que as Propostas apresentadas no *II Encontro* pudessem capitalizar os resultados positivos do *I Encontro*.

As ligações com as demandas da sociedade começavam a produzir elementos que fortaleciam e legitimavam as propostas do *I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social*, estruturado segundo os marcos gerais e específicos da *Estratégia da Sudene*, concebida por Celso Furtado, em documento preliminar específico, transformada, aos poucos, a partir de documentos como os da *Operação Nordeste* – na realidade um ato de entrosamento entre as diversas instituições e organizações públicas com ação no Nordeste – e o *Relatório do GTDN*.

Por conta disso, foi possível transformar Propostas de diferentes origens em iniciativas caracterizadas como Programas Oficiais, a exemplo dos que passaram a integrar os *Planos Diretores da Sudene*.

A sistemática de coordenação dos trabalhos do I e do II Encontro foi mais bem estruturada em relação ao II Encontro, por que os responsáveis

por esses dois Eventos contaram com mais experiência de parte das instituições que dele participaram, sob o comando do Gabinete Civil da Presidência da República, especialmente animado pelo Presidente JK.

## 9. Considerações finais

O *I* o *II* *Encontros dos Bispos do Nordeste* puderam ser concebidos, estruturados e postos em prática no meio da realidade aqui esboçada de forma introdutória, graças ao grande esforço político e técnico que a Igreja Católica pôde realizar com o apoio do Presidente JK. No período dos mais de quase três quartos de século, circunscrevendo o Nordeste atual, perscrutado e percorrido de 1940 para cá, muitas novidades e inovações foram transformadas em ações programáticas, a partir dos estudos e propostas que integram os Relatórios dos dois Encontros mencionados.

É justo, pois, esperar, reflexões e iniciativas produtivas do *Seminário de Lançamento das Atividades Alusivas aos 60 Anos daquele I Encontro*, realizado em 2015, na cidade de Natal, como antecipação orientadora das comemorações a serem feitas em 2016, por ocasião do sexagésimo aniversário do *I Encontro dos Bispos do Nordeste*. Acredita-se também nos estímulos derivados do Encontro da *CNBB Regional Nordeste 2*, levado a efeito em 2006, na cidade de Campina Grande, em comemoração aos 50 anos do *I Encontro dos Bispos do Nordeste*. Tais esperanças podem frutificar e se desdobrar em um *Plano de Ação* compatível com as necessidades e demandas políticas, econômicas, sociais e ambientalmente corretas esperadas pela sociedade do Nordeste.

Esperanças semelhantes são alvitradas em relação ao *II Encontro dos Bispos do Nordeste*, levado a efeito em 1959, na cidade de Natal. Como se viu, o *Relatório do II Encontro* pôs em evidência ganhos palpáveis em matéria de transformação de propostas em projetos concretos. Isto porque os responsáveis pelo *Relatório do II Encontro* souberam identificar e separar os *planos que vão muito bem dos planos em andamento*, dos *planos em vias de funcionamento*, assim como dos *planos com dificuldades de andamento*.

À luz da *Carta de Natal*, produzida ao final do *Seminário de Lançamento das Atividades Alusivas aos 60 Anos do I Encontro dos*

*Bispos do Nordeste*, será possível trabalhar o ano que medeia maio de 2015 a maio de 2016, de forma a se poder construir e encaminhar a aprovação de um novo *Projeto Estratégico de Desenvolvimento para o Nordeste*. Para tanto, será preciso saber ver e rever os resultados emanados do *I e do II Encontros dos Bispos do Brasil*, analisando-os comparativamente com o que foi planejado e executado a partir da criação da Sudene. Os grandes vazios institucionais observados na metade desta segunda década do século XXI podem, por essa via, chegar a ser superados, sabendo-se trabalhar essa contínua contribuição dos Bispos do Nordeste e de vários outros atores sociais do Brasil e da Região.

Salientamos, por fim, que a estruturação de um *Projeto Estratégico de Desenvolvimento para o Nordeste* pode ser viabilizada, desde que se saiba estudar, planejar, mobilizar e monitorar ações concebidas e detalhadas pela mediação técnica e política de atores e instituições comprometidas com o desenvolvimento como processo.

Brasília, agosto de 2015

---

\* Eng. Agrônomo (pela UFCeará), Economista (pela UFPE) e Doutor em Economia (pela Unicamp). É Membro Titular da Academia Brasileira de Ciência Agronômica e Sócio do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas de Desenvolvimento. É autor do livro **A Economia Política do Nordeste**; secas, irrigação e desenvolvimento (Rio de Janeiro, Campus, 1988), dentre outros. Foi Diretor da Assessoria Técnica da Sudene (1970-1972), Secretário de Planejamento e Operações do Ministério do Interior (1974-1979), Coordenador de Planejamento Regional do IPEA (1985-1986), Secretário de Agricultura e Abastecimento do Ceará (1979-1980), Coordenador de Planejamento da Codevasf (1990-1992). É consultor independente desde 1992, trabalhando para instituições internacionais como a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação); WMO (World Meteorological Organization – Organização Meteorológica Mundial); UNDP (United Nations Development Program – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); UNESCO (United Nations Educational, Scientific and

---

Cultural Organization – (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura); OEA (Organização dos Estados Americanos); e IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura); e instituições brasileiras nacionais e regionais (como o Ministério do Meio Ambiente-MMA, Ministério da Integração Nacional-MI, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS, Banco do Nordeste do Brasil-BNB e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene). E-mail: otamar.carvalho@gmail.com

## Referências Bibliográficas

AB'SABER, Aziz Nacib. "Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida". **Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, vol. 1, nº 1: 7-68, São Paulo: IEA, 1987. (Dossiê Nordeste Seco.)

ALMEIDA, Rômulo B. Coord. **Planejamento do combate às secas**. Rio de Janeiro, Banco do Nordeste do Brasil/Comissão Incorporadora, 1953. (Publicação nº 4.) Mimeog. 69 p.

ANDRADE, Lopes de. **Introdução à sociologia das secas**. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: A Noite, 1948, p. 76. 194 p. (Nota de pé-de-página 2.)

CARVALHO, Otamar de. "Os impactos das secas". *In: A Questão da Água no Nordeste* / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Águas. – Brasília, DF: CGEE, 2012. 434 p.

CARVALHO, Otamar de & EGLER, Cláudio A. G. **Alternativas de desenvolvimento para o Nordeste semiárido**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003. 204 p.

DUQUE, J. Guimarães. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. Fortaleza, BNB, 1964. 261 p.

FURTADO, Celso. Presidência da República. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene. **A luta pelo Nordeste e a estratégia da Sudene**. Recife: Sudene, 1962. 7 p. Mimeogr.

KOIFMAN, Fábio. Org. **Presidentes do Brasil**. São Paulo: Universidade Estácio de Sá, Departamento de Pesquisa, Cultura, 2002. 932 p.

LEBRET, Louis Joseph. **Estudo sobre o desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste**. 1ª ed., rev. Recife, Condepe, 1954. 123 p.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. “O Nordeste dos anos 50 e do ano atual: um balanço crítico”, p. 120-144. *In*: MONTENEGRO, Rosilene Dias et alii. **O Nordeste e seus Desafios**. Campina Grande: EDUFPG, 2009. 231 p.

PAIVA, Melquíades Pinto. **A universidade das caatingas**. Prefácio de Otamar de Carvalho. Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2012. 144 p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **I encontro dos bispos do Nordeste**; Campina Grande – maio de 1956. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação da Presidência da República, 1960. 276 p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **II encontro dos bispos do Nordeste**; Natal – maio de 1959. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação da Presidência da República, 1960. 124 p.

SANTOS, Rinaldo. **A revolução nordestina-1: a epopeia das secas**. Recife: Tropical, 1984. 350 p.

SECRETARIA de Planejamento e Finanças-Seplan; Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA & Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Seridó-CDS. **Plano de desenvolvimento sustentável do Seridó do Rio Grande do Norte**. Caicó-RN, Seplan, set., 2000, 2 vol. 1. Xerox. 586 p.